

Sarney quer mudar o relatório

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney deverá influir para mudar o anteprojeto de Constituição elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Por meio da ação das lideranças do governo na Constituinte, Sarney procurará modificar dispositivos do documento que, em seu entender, tornariam o País ingovernável, segundo disse ontem o porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto.

A superposição de ações de governo, permitida pelo anteprojeto,

com a atuação do presidente, do primeiro-ministro, do Conselho de Ministros, da Câmara e do Senado, prevista para o futuro regime de governo, é uma preocupação não só do Palácio do Planalto como de diversos membros dos partidos que integram a Aliança Democrática. E certamente esse será um dos pontos que o presidente Sarney gostará que seja modificado, de acordo com Frota Neto.

O porta-voz esclareceu que não conversou com o presidente sobre o assunto, mas falava pelo que conhecia do seu modo de ser. Com esse argumento, afirmou que Sarney tem

excelente relacionamento com os presidentes do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, senador Marco Maciel, além de um excelente diálogo com as lideranças dos dois partidos na Constituinte. A esses, Frota Neto ainda juntou líderes naturais com que o presidente tem ótima convivência, os quais poderão atuar na Constituinte para modificar o anteprojeto de Bernardo Cabral.

Tudo aquilo que torne mais imprecisa a função do governo pode preocupar o presidente, disse Frota Neto. A seu ver, Sarney tem o direito e o dever de tentar influir para mudar esse quadro, como cidadão e co-

mo presidente da República. De acordo com o porta-voz há um consenso de que o documento merece revisão; prova disso é o grande número de emendas que está sendo encaminhado.

PARLAMENTARISMO DEPOIS

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas e o ex-governador Franco Montoro pensam do mesmo modo: querem diretas para presidente da República em 88, mas a instalação do parlamentarismo no País apenas em março de 1989, quando assumiria o presidente eleito cinco meses antes.

Arinos sugere outro anteprojeto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O próprio presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, não gostou do anteprojeto da futura Constituição: "Está muito ruim", disse ontem, sugerindo que a melhor solução para remediar o problema seria a redação de outro projeto. Indagado pelos jornalistas se seria possível, e de que forma, regimentalmente, o senador fluminense não especificou a maneira, mas lembrou que "a Constituinte pode tudo". Arinos afirmou mais de uma vez que não concordava com os termos do anteprojeto, mas ressaltando que a responsabilidade não é do relator, deputado Bernardo Cabral.

A anteprojeto da futura Constituição está "muito ruim", no entender de Afonso Arinos, porque partiu de uma falha básica, que foi não ter uma proposta que servisse de base — que poderia ter sido o trabalho da comissão de notáveis por ele presidi-

da. O presidente Sarney não enviou o projeto Arinos para o Congresso, em sua opinião, porque defendia a instituição do regime parlamentarista, do qual ele discorda. Além disso, o anteprojeto da futura Constituição excedeu-se na invasão de áreas, entre temas da Ordem Econômica, Social e outros capítulos, até estabelecendo normas sobre temas de legislação ordinária ou de simples regulamentação.

Parte da culpa das falhas do anteprojeto, frisou Arinos, cabe ao regime da Constituinte, que não permite alterações quanto ao mérito na fase de sistematização, apesar de incongruências óbvias. "O que me dá muita ansiedade", disse. Apesar de não concordar com o anteprojeto, Afonso Arinos disse que não se sente frustrado depois de cinco meses de trabalho. Criticou também a pressa em elaborar a nova Constituição, com prazo informalmente estabelecido, que seria o 15 de novembro para a sua promulgação.



Relatório de Cabral é "muito ruim", segundo Arinos

Nem o autor gostou do texto

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse também estar insatisfeito com o anteprojeto de Constituição que apresentou na última sexta-feira, lembrando que pelas limitações regimentais o seu trabalho, nessa primeira fase, restringiu-se única e exclusivamente à adequação e compatibilização dos pareceres aprovados pelas comissões temáticas.

Bernardo Cabral respondeu às críticas que vem recebendo, até do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, (PFL-RJ), e do presidente José Sarney prometendo para o segundo anteprojeto — resultado das emendas de plenário e das emendas do cidadão, que serão apresentadas entre 17

de julho e 16 de agosto — um trabalho melhor, quando, então sim, poderá apresentar um substitutivo às emendas, alterando o mérito.

Até mesmo com relação à Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, o deputado Bernardo Cabral garantiu ter seguido os pareceres recebidos das subcomissões. Ele mostrou-se profundamente irritado com as críticas de alguns colegas seus, como o deputado José Elias Murad (PTB-MG) que, no seu entender, não chegou nem a ler o anteprojeto para criticá-lo. O deputado criticou Cabral porque ele não teria mantido a proibição de propaganda sobre cigarros, bebidas, remédios, agrotóxicos e de tratamentos de saúde, quando está justamente no

anteprojeto essa proibição, tal como aprovada na comissão temática.

MÉRITO OU ADEQUAÇÃO?

O relator Bernardo Cabral disse ontem que somente vai aceitar emendas que visem a adequar o texto do anteprojeto de Constituição, como está previsto no parágrafo 2º do artigo 19 do regimento interno da Constituinte, e que não pretende aceitar emendas de mérito, que, no seu entender, não cabem nessa fase, nem mesmo com relação à Comissão de Família, de Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, à qual ele apresentou parecer em lugar do relator da comissão, derrotado na comissão.

Ele disse que se a interpretação de Ulysses Guimarães e de Afonso Arinos é de que nesta fase cabe

emendas de mérito — por sinal, a maioria das cerca de 300 emendas já chegadas à Comissão —, ele vai aceitar todo e qualquer tipo de emenda de mérito com relação às demais comissões: "Ou as emendas são de adequação, como quer o regimento interno da Constituinte, ou são de mérito, como querem Ulysses e Arinos", disse Bernardo Cabral.

EMENDAS NA COMISSÃO

Até a meia-noite de amanhã os 559 constituintes poderão apresentar emendas ao primeiro anteprojeto de Constituição (pelo regimento interno, originalmente, apenas os membros da Comissão de Sistematização podiam apresentar emendas), e até ontem cerca de 300 emendas já haviam sido apresentadas, a maioria mexendo no conteúdo (ou mérito) do anteprojeto.

'Uma sepultura para trabalhadores do País'

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, disse ontem, em Porto Alegre, que "a Constituinte está minada de postulações demagógicas que cavam a sepultura dos trabalhadores". Ele é contra as propostas de estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e o direito de greve, mantidas no anteprojeto da nova Constituição.

Este, aliás, é o pensamento unânime de todo o empresariado gaúcho. O setor está organizando uma grande concentração para o dia 7 de julho, no Parque Assis Brasil, em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre. A previsão é reunir, no mínimo, dois mil empresários. Os organizadores pretendem apresentar proposta de emenda ao projeto de Constituição para alteração dos itens que o empresariado condena.

O presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli, declarou-se otimista em conseguir cem mil assinaturas de apoio do setor empresarial — total três vezes superior ao exigido para o envio de propostas do gênero ao ple-

nário da Assembléia Nacional Constituinte. Mandelli disse que a emenda a ser encaminhada ao Congresso está sendo elaborada por um grupo de juristas para que, na sua opinião, o texto constitucional assegure maior equilíbrio nas relações capital-trabalho.

Já na semana passada, representantes de 105 entidades empresariais haviam divulgado em Porto Alegre um manifesto defendendo a livre iniciativa. O documento considerava a estabilidade no emprego, a redução da jornada e o direito irrestrito à greve como "propostas absurdas e defalcadoras, que resultariam no retrocesso da atividade econômica como um todo e das relações de trabalho, em particular".

César Rogério Valente, por sua vez, qualifica tais propostas como "uma arapuca para apanhar os empregados". E se aprovadas, frisou, "não se deve ter a ilusão de que as empresas não vão demitir após o período contratual de experiência. As demissões serão imediatas, porque não existe a possibilidade de conviver com uma massa de trabalhadores irremovíveis. O empresário não vai absorver a estabilidade e vai se criar um inferno na vida do trabalhador".

Comunista prefere Bisol a Cabral

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), considera o texto do anteprojeto de Bernardo Cabral quanto à reforma agrária "um retrocesso em relação até mesmo à Constituição de 1946". Freire prefere o texto do relatório do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Em seu entender, Cabral não aproveitou o que há de melhor no relatório de Bisol, que é a garantia de pagamento das desapropriações em dinheiro para o caso de moradias. O resto o líder comunista aceita seja pago com títulos da dívida pública.

José Genofino (PT-SP) também acha que o anteprojeto de Cabral incorporou posições conservadoras, que ele pretende eliminar quando a matéria for discutida em plenário. Mas, desde agora, já toma providências. Ele é um dos signatários da emenda que, assinada também por Domingos Leonelli (PMDB-BA) e Almir Cabriel (PMDB-PA), estabelece que "todo trabalhador rural terá direito assegurado à propriedade da terra na forma individual, cooperativa, comunitária ou mista, para o desenvolvimento de suas atividades. Ao Estado caberá promover a desapropriação das terras necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, mediante indenização por títulos da dívida agrária.

Para liberais, Cabral apenas repete Távola

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Na tentativa de repor os itens rejeitados no anteprojeto de Bernardo Cabral, os 38 constituintes que subscreveram um texto alternativo ao relatório de Artur da Távola no capítulo da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência, Tecnologia e Comunicação, apresentarão cerca de 60 emendas de conteúdo. Eles estão inconformados com o fato de a Comissão de Sistematização ter acatado as principais ideias de Távola. Inicialmente com 11 integrantes, o grupo contrário ao relatório de Távola espera ter maioria na votação em plenário, contando com mais de 100 adeptos de todos os partidos, com exceção do PT, PCB e PC do B.

Entre as emendas que serão apresentadas pelo grupo que se diz de posição "moderno-realista" está a que trata de reserva de mercado, transferindo-a em "mecanismos temporários de reserva de determinados segmentos do mercado interno". Quanto à definição de empresa nacional, busca estabelecer que é "aquela constituída no País, que nele tenha sua sede e cujo controle decisório e de capital esteja permanentemente sob a titularidade, direta ou indireta, de pessoas físicas residentes e domiciliadas no País". Há também emenda sobre concessão de emissoras de rádio e televisão, que elimina o Conselho Nacional de Comunicação. E, ainda, emenda que mantém a censura classificatória na televisão e cria um Conselho de Ética.

Indústria se organiza para voltar a influir

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Presidentes das federações das indústrias de todos os Estados concordaram, ontem, quanto à necessidade de se organizarem para recuperar o poder de influir na elaboração da Constituição. Reunidos na Confederação Nacional da Indústria (CNI), eles conversaram longamente com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que detalhou todo o procedimento a ser seguido daqui para a frente, na apreciação das propostas.

O próprio relator mostrou-se impressionado com a distância com a qual os empresários vêm acompanhando os trabalhos da Constituinte. Ele checkou os reflexos que terão na indústria os pontos mantidos no relatório inicial, como estabilidade e redução da jornada de trabalho para 40 horas. Também constatou que as federações são contrárias a mudanças na gestão do Sesi, Senal, Sesc e Senac. Para Bernardo Cabral, tem faltado merchandising por parte dos empresários, na defesa de seus interesses.

Do presidente da CNI, senador Albano Franco, Cabral ouviu argumentos contrários a mudanças bruscas na legislação trabalhista. Albano argumentou que, a exemplo do que ocorre em todos os países, a jornada de trabalho não deve constar na Constituição, mas, sim, em lei ordinária, prevendo sua redução através

de negociações coletivas. Também mostrou-se temeroso que a fixação de prazo garantindo a estabilidade do trabalhador possa ter efeito inverso, estimulando demissões antes de o empregado completar o período previsto na empresa. Quanto à manutenção dos órgãos prestadores de serviços para a indústria e o comércio, lembrou que desde a década de 40, eles têm ampliado os resultados satisfatórios. Só no ano passado, o Sesc e o Senac treinaram dois milhões de alunos.

Na avaliação do presidente da CNI, a prova do distanciamento dos empresários torna-se maior quando comparada à estrutura armada pelas entidades dos trabalhadores. Ele entende que o Departamento de Informação e Assessoria Parlamentar (Diap), que assessora os sindicatos trabalhistas, demonstrou que está bem preparado, mantendo até cadastros organizados dos constituintes. O mesmo ocorre com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), "mais apto a sentar-se a mesas de discussão do que representantes das entidades empresariais". "Tudo demonstra que precisamos ter um espírito associativo mais intenso e funcionarmos mais como lobby", admitiu. Quanto ao contato com Bernardo Cabral, Albano Franco acha que ele provou que fará o relatório final "com o pé no chão", aliando conhecimentos jurídicos e inovações, com a sensibilidade pelo social.

Começa o recesso, mas a Constituinte não pára

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O recesso parlamentar, que começa hoje, não vai interromper os trabalhos da Constituinte. Mesmo assim, depois de encerradas as atividades das 24 subcomissões e das oito comissões temáticas, a discussão sobre matérias constitucionais provocará menos interesse por parte dos parlamentares. A situação se prolongará por quase um mês, praticamente coincidindo com a volta do funcionamento da Câmara e do Senado.

Agora, a rigor, apenas os 93 integrantes da Comissão de Sistematização têm o que fazer. Mas não muito, já que nesta fase o grupo vai preparar o projeto de Constituição que será enviado ao plenário até o dia 15, sem, no entanto, dar a sua própria contribuição. A Sistematização não

pode alterar o que foi decidido pelas comissões temáticas, só eliminar divergências, contradições e dar coerência ao texto.

O projeto permanecerá no plenário por 30 dias, em discussão e para recebimento de emendas. A Constituinte volta a "esquentar" depois de 15 de agosto, quando o projeto retornará à Comissão de Sistematização acompanhado de provavelmente 20 mil emendas. Tudo o que foi rejeitado nas subcomissões e comissões temáticas certamente será reapresentado em forma de emendas no plenário. De posse do material, o relator Bernardo Cabral montará o substitutivo que considerará mais conveniente. Depois de discutido, emendado e aprovado pela Sistematização, o substitutivo será finalmente submetido ao plenário para a decisão final, provavelmente em outubro.